



**GOVERNO TEMER**  
Casa Civil

# **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

## **PRODUTIVIDADE E AMBIENTE DE NEGÓCIOS**

**Março de 2018**

# DESAFIO DA PRODUTIVIDADE

- **Tributação: simplificação**
- **Financiamento: redução de custos**
- **Infraestrutura: parcerias, regulação adequada e segurança jurídica**
- **Ambiente Negócios: empreendedorismo e desburocratização**

# TRIBUTAÇÃO

3

## ➤ E-Social

- Unifica e Simplifica 15 obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas no âmbito da RFB, INSS, CEF e MTb
- 14,4 mil empresas já usam o E-Social e a partir do 2º semestre será estendido às demais empresas do país
- Ganho de Produtividade: redução de 400 horas/mês para 80 horas/mês (economia estimada de R\$ 20 bilhões/ano)

## ➤ PIS-COFINS

- Proposta em fase final de elaboração simplificará apuração e recolhimento
- Reduzirá litígios administrativos e judiciais: estes tributos respondem por quase 70% do contencioso com os contribuintes

## ✓ SIMPLES - medidas implementadas:

- ✓ Restituição automatizada: 85 mil pedidos encaminhados
- ✓ Parcelamento especial: adesão de 100 mil Microempreendedores Individuais e 137 mil optantes do SIMPLES
- ✓ Pagamento por modalidade eletrônica: atingiu 47% dos documentos de arrecadação, dispensando ida ao guichê de caixa

# FINANCIAMENTO

- **Credibilidade da Política Monetária:**
  - ✓ Inflação: abaixo da meta
  - ✓ SELIC : menor taxa da história (6,50%)
  - ✓ TLP (Lei 13.483/17): aumento da potência da política monetária, eliminando subsídios não explicitados no Orçamento
- Banco Central: autonomia e criação dos depósitos voluntários (PL 9.248/17) são prioridades da Agenda Legislativa do Governo em 2018
- **Ampliar a segurança ao crédito: redução sustentável dos spreads bancários:**
  - Cadastro Positivo (PLP 441/17)
    - ✓ Registro Eletrônico de Garantias (Lei 13.476/17)
- ✓ **Foco nos pequenos tomadores:**
  - ✓ Microcrédito Produtivo Orientado (Lei 13.636/18): R\$ 2 bilhões no 2º semestre de 2017 (após edição da MP 802/17 e regulamentação do CMN)
  - ✓ BNDES Giro: liberação on-line dos recursos
  - ✓ Cartão de Crédito (Lei 13.455/17): diferenciação de preço e regras do rotativo
  - ✓ Cartão de Débito: redução no custo da operação para o varejo

# INFRAESTRUTURA

- Estruturação de amplo programa de parcerias: PPI
- 70 Projetos realizados: R\$ 142 bilhões de investimentos ao longo do período de concessão
  - 4 Aeroportos / 10 Terminais Portuários
  - 46 linhas de transmissão / 5 unidades de geração de energia
  - 1 distribuidora de energia privatizada
  - 4 leilões de óleo e gás
- 74 projetos em andamento: R\$ 135 bilhões de investimentos previstos
  - Aeroportos / Terminais Portuários
  - Rodovias / Ferrovias
  - Óleo e Gás: 15ª Rodada de Concessão em 29/03/18
  - Energia Elétrica: leilões de geração (A-4 em 04/04/18) e transmissão, venda das Distribuidoras Federalizadas e capitalização da Eletrobrás

# INFRAESTRUTURA

- **Petróleo: destaque setorial**
- ✓ Leilões realizados permitirão investimentos de mais de R\$ 100 bilhões nos próximos anos, com reflexos positivos no emprego e na geração de recursos públicos (R\$ 10 bilhões em bônus, fluxos futuros de royalties, participações especiais e óleo lucro do Pré-Sal)
- ✓ Revisão da participação da Petrobrás no Pré-Sal (Lei 13.365/16)
- ✓ Regime Tributário específico – REPETRO (Lei 13.586/17)
- ✓ Conteúdo Local (Resolução CNPE 7/2017): simplificou exigências, contribuindo para aumentar o efetivo cumprimento das regras e a produtividade ao longo da cadeia de petróleo
- **Maior previsibilidade:**
  - ✓ Calendário Plurianual de Leilões (Resoluções CNPE 10 e 17/2017)
  - ✓ Oferta Permanente (Resolução CNPE 17/2017): serão aceitas propostas por áreas devolvidas ou sem interessados em leilões anteriores



# INFRAESTRUTURA

- **Energia Elétrica:**
  - ✓ Lei 13.360/16: resolução de distorções regulatórias com redistribuição e racionalização dos recursos e subsídios da CDE
  - ✓ Fortalecimento de empresas estratégicas (MP 814/17 e PL 9.463/18): evita liquidação das distribuidoras e permite capitalizar a Eletrobrás
  - Em fase final, após consulta pública, o novo marco regulatório para o setor elétrico
- **Mineração** (Lei 13.540/16 e 13.575/16): altera a sistemática da CEFEM (maior racionalidade na cobrança e nas alíquotas) e cria a Agência Nacional de Mineração
- **Renovabio** (Lei 13.576/17): soluções de mercado para garantir o abastecimento veicular com combustíveis renováveis (Política Nacional de Biocombustíveis)
- **Gás** (PL 6.407/13): busca incentivos para maior utilização do gás natural
- **Saneamento**: visa atrair o setor privado para reduzir os déficits de água e esgoto
- **Telecomunicações** (PLC 79): generalizar o regime de autorização para viabilizar novos investimentos
- **Aprimoramento de Marcos Legais Gerais**: Licitações (PL 6.814/17), Agências Reguladoras (PL 6.621/16) e Licenciamento Ambiental (PL 3.729/04)

## ➤ Mais Empregos

- ✓ Modernização da legislação trabalhista (Lei 13.467/2017): valorização da negociação entre patrões e empregados
- ✓ Mitiga insegurança jurídica da terceirização (Lei 13.429/2017)

## ➤ Maior Produtividade

- ✓ Portal Único do Comércio Exterior: ganho de processamento de 40% na exportação, reduzindo de 13 para 8 dias
- ✓ Brasil Mais Produtivo: parceria com Sistema S permitiu apoiar 3 mil empresas com ganho de produtividade médio de 52%
- ✓ INPI: aumento de produtividade no exame de patentes de 40%
- ✓ Regulamentação do Código de Inovação (Decreto 9.283/18): redução da burocracia para pesquisadores e empresas inovadoras
- Transformação Digital (Decreto 9.319/18): estimular salto na Digitalização da Economia, Sociedade e Setor Público



# DESBUROCRATIZAÇÃO

9

- **Criação do Conselho Nacional de Desburocratização: 226 iniciativas selecionadas, das quais 77 implementadas**
- **Exemplos de Iniciativas associadas ao Empreendedorismo:**
  - ✓ **Titulação Rural e Urbana (Lei 13.465/17): 169 mil famílias beneficiadas em 2017 e expectativa de 230 mil famílias em 2018: acesso a serviços públicos, crédito e outros direitos que terão impacto na produtividade**
  - ✓ **REDESIM: portal único do empreendedor, facilitando abertura e fechamento de firmas: de 100 dias para menos de 7 dias (SP). Integração atingiu 77% das localidades**
  - ✓ **Simplificação da outorga de radiodifusão (Lei 13.424/17): redução do prazo médio de 8 para 2 anos (novas outorgas) e de 2 para 1 ano (renovações)**
  - ✓ **Censo dos Serviços Públicos Federais: 1.740 serviços identificados, dos quais 1/3 digitalizados.**
  - ✓ **Plataforma da Cidadania Digital: serviços federais digitalizados serão encontrados em endereço eletrônico único ([www.servicos.gov.br](http://www.servicos.gov.br))**